

2007/04/26

## O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

### Síntese

Portugal, nos últimos anos, conseguiu assegurar uma presença militar de dimensão significativa, no âmbito das operações de apoio à paz, em diversos teatros de operações, e com resultados geralmente muito favoráveis. Não obstante esta capacidade de resposta positiva ao crescente e cada vez mais exigente número de pedidos de colaboração, o processo de modernização, racionalização e reequipamento das Forças Armadas continua muito atrasado devido a alguns desafios estruturais importantes que o sector da Defesa enfrenta há anos e que estão por resolver. É o caso, por exemplo, da distorção do orçamento, da falta de uma metodologia que aborde as questões sob uma perspectiva sistémica e de um modelo de planeamento mais simplificado, mais integrado e mais coordenado a nível central, aspectos examinados detalhadamente em anteriores estudos.



### 1. Introdução

1.1 Este trabalho do Grupo de Reflexão sobre Segurança e Defesa do Instituto de Humanismo e Desenvolvimento destina-se a apresentar uma breve análise da evolução das Forças Armadas, entre 2000 e 2004,[2] principalmente nas áreas dos efectivos e da estrutura orçamental. O objectivo final é identificar e caracterizar as tendências de evolução verificadas no período para, a partir daí, elaborar sugestões de eventuais correcções das orientações adoptadas, se aplicável.

1.2. Na sequência de anteriores trabalhos,[3] procurou-se seguir a metodologia e linhas de pensamento então adoptados, os quais serão lembrados quando útil para uma melhor compreensão das observações agora feitas.

### 2. Parâmetros de referência

2.1. As Forças Armadas portuguesas, aliás o sector geral da Defesa, vive há décadas com um orçamento estruturalmente muito distorcido devido ao excessivo peso da componente dos encargos com Pessoal em relação às duas outras rubricas principais: a dos encargos de Operação/Manutenção e a respeitante ao Investimento.

2.2 A concretização do crescimento do orçamento para o valor médio percentual, em relação ao PIB, tal como praticado pelos nossos aliados europeus e recomendado pela NATO, poderia ter atenuado a distorção existente mas não seria, por si só, suficiente para colocar a estrutura orçamental segundo o modelo geralmente utilizado entre países aliados e amigos (nunca mais de 50% da despesa global com Pessoal – preferentemente, cerca de 40% - e os restantes 50%/60% repartidos de igual modo entre Operação/Manutenção e Investimento). Este objectivo, como se comprovou em anteriores trabalhos,[4] requeria também ou um maior esforço financeiro do País com a Defesa ou a equivalente redução dos encargos com Pessoal, através de uma redução dos efectivos mantidos ao serviço, preferentemente as duas.

2.3. O tempo, obviamente, não resolverá este problema; nem sequer as medidas pontuais que, aqui e ali, têm sido tomadas para tentar ir corrigindo a situação ou pelo menos não a deixar agravar. Décadas de persistência do problema já tornaram óbvia a necessidade de uma nova aproximação a esta questão, ou seja, uma política continuada, desenhada para a sua correcção, condicionando todas as demais, e a materializar num plano a 10 anos, como proposto em anteriores trabalhos.

2.4. O Grupo de Reflexão Segurança e Defesa, do Instituto Humanismo e Desenvolvimento, tem sistematicamente referido a necessidade de correcção da estrutura orçamental, sob o entendimento de que se pretende ter umas Forças Armadas modernas e bem equipadas e que constituam um Centro de Excelência que leve os portugueses a reverem-se nos seus militares “como símbolos do orgulho de ser português e de uma consciência nacional”. Esta opção implica a adopção de uma estratégia que garanta uma fórmula mais equilibrada entre qualidade e quantidade, privilegiando a primeira sobre a segunda, quer para responder às necessidades de modernização do sector, quer para fazer respeitar os padrões de prontidão e operacionalidade acordados no âmbito da Aliança ou organizações internacionais a que o país pertença. A fórmula de combinação qualidade/quantidade

não terá que ser estritamente igual para todos os ramos porque o peso da componente material também varia de ramo para ramo.

2.5. De facto, não há várias opções em cima da mesa: se, entre outras medidas, não se “sacrificar” alguma dimensão do Pessoal então não será possível pôr termo a sucessivos adiamentos de investimentos necessários para substituir material em avançado estado de obsolescência operacional e logística o que, além de tornar anti-económico e irracional o esforço despendido na sua manutenção é, paralelamente, motivo de frustração e algum desânimo no pessoal. Paralelamente, será difícil corrigir a degradação de salários que se tem verificado de há alguns anos atrás a esta parte.

### **3.A evolução dos efectivos e do orçamento**

3.1. No período sob análise, verificou-se uma diminuição de 1475 efectivos no total da Defesa (militares e civis); passou-se de um total de 48174 para 46699, o que corresponde a uma redução de 3%, ou a uma redução média anual de 295 efectivos. A redução global é o resultado do balanço entre as reduções verificadas nos Quadros Permanentes (995), nos Voluntários (2398) e nos Civis (3806) e o aumento do número de Contratados (5724).

3.2. Em termos orçamentais, a esta evolução correspondeu uma diminuição do peso da componente Pessoal de 70.76% para 66.37% na Marinha, de 79.94% para 78.25% no Exército e de 57.45% para 54.71% na Força Aérea. Em média, no período, o Pessoal consumiu 69.97% dos recursos financeiros da Marinha, 78.06% no Exército e 56.03% na Força Aérea.

3.3. O orçamento, globalmente considerado, manteve-se ao nível de 1.2% do PIB nos três primeiros anos do período mas cresceu para 1.3 e 1.4%, respectivamente em 2003 e 2004. A relação Despesas de Defesa/Despesas Públicas também aumentou de 3.2% em 2000/2001 para 3.4% em 2002, 4.2% em 2003 e 4.6% em 2004. No entanto, o crescimento das despesas de Defesa, na última década, evoluiu a um ritmo mais moderado (3.5%) do que o crescimento do PIB (5.6%) e do crescimento das despesas do Sector Público Administrativo (12.6%). Especialmente preocupante para o cumprimento dos objectivos de modernização e reequipamento das Forças Armadas tem sido o baixo nível percentual do investimento (por exemplo, 16% em 2005, quando o valor recomendado deveria rondar 25%).[5]

3.4. A situação acima descrita mostra que, não obstante os contributos dados pela redução de efectivos e aumentos do orçamento, a evolução verificada na estrutura do orçamento foi de reduzida expressão. A manter-se este ritmo não é possível esperar que o problema possa estar resolvido nem sequer a médio prazo.

### **4. A Redução de Efectivos e o Funcionamento Geral da Defesa/Forças Armadas**

4.1. Obviamente, nenhum destes assuntos - efectivos, orçamento, etc. – pode ser considerado independentemente, desligados uns dos outros; em especial a redução de efectivos e o modo de funcionamento. No entanto, não é isso o que tem acontecido; as reduções de Pessoal que se têm verificado – não só as respeitantes ao período em análise mas também todas as antecedentes, e muitas foram – não têm sido acompanhadas por um esforço equivalente de adaptação da forma de funcionamento, da estrutura das Forças Armadas e respectivas missões. Parece ter-se assumido que havia efectivos a mais e bastaria reduzi-los. Esta situação tem causado uma perturbação constante na gestão do pessoal, incapaz de continuar a responder às solicitações das estruturas; estas deveriam ter sido adaptadas à nova situação mas haveria que, coordenadamente, rever-se também os seus objectivos e modos de funcionamento.

4.2. O problema, como facilmente se compreende, requereria uma metodologia de abordagem que integrasse todos os factores em jogo, para consideração sob uma perspectiva sistémica; essa metodologia ou não tem existido ou não tem sido minimamente transparente mesmo ao observador atento.

4.3. Procurando exemplificar, considera-se que se teria sempre que caminhar por passos, ainda que com um objectivo bem definido. O primeiro passo seria o de estabelecimento provisório de um tecto máximo de Pessoal tendo em conta as previsíveis disponibilidades orçamentais, tal como foi sugerido em anterior documento com uma proposta de metodologia para a definição do Sistema de Forças Nacional.[6] O segundo seria definir, numa primeira aproximação, as dimensões da Estrutura Territorial e da Estrutura Operacional com base nos rácios-padrão meios combatentes/meios e serviços de apoio e procurar estabelecer a solução organizativa e a configuração de cada uma à luz do limite de efectivos estabelecido nesta fase, que seria, em qualquer caso, o factor determinante.

4.4. O processo teria que ser iterativo para reconsideração dos parâmetros iniciais à luz dos

custos/benefícios que tivessem imposto sobre as soluções, podendo, eventualmente, obrigar a rever todo o processo. Em qualquer caso, os números finais estarão ainda dependentes de mais duas outras questões importantes, ambas com potencial impacto significativo sobre a dimensão dos efectivos: a procura de um novo equilíbrio entre pessoal militar e pessoal civil e o recurso à contratação de serviços exteriores (*outsourcing*).

4.5. Os funcionários civis “libertos dos condicionalismos próprios da carreira militar, implicando periódicas mudanças de situação”, podem assegurar maior continuidade no desempenho de funções e permitem uma melhor concentração do esforço para a sua formação, em princípio mais dirigido do que o dos militares. No caso do Reino Unido que faz um uso extensivo de pessoal civil nas estruturas da Defesa, aliás a todos os níveis (um civil por cada dois militares) calcula-se que os encargos com civis fiquem 25% abaixo dos encargos com militares.

4.6. A outra possibilidade – o recurso a *outsourcing* – pode aligeirar a estrutura administrativa-logística das Forças Armadas deixando as actividades não essencialmente militares a cargo de empresas especializadas e, conseqüentemente, reduzindo necessidades de efectivos e infraestruturas. O limite será essencialmente ditado por questões de garantia de qualidade e de avaliação de custos/benefícios, problemas que se podem pôr com maior acuidade num mercado com reduzida oferta, como é o caso português.

## **5. As Forças Armadas como instrumento da Política Externa Nacional**

5.1. O emprego das Forças Armadas em missões no exterior do País continuou a ter, no período em análise, uma dimensão muito significativa, com presença em diversos teatros de operações – alguns com elevado grau de conflitualidade – e manutenção de vários compromissos de participação – em alguns casos, efectivamente concretizados – em forças multinacionais, como é o caso da NATO Response Force, dos *Battle Groups* da União Europeia, das EUROFORÇAS (EUROMARFOR e EUROFOR), etc.

5.2. Na realidade, comparando o período em análise, de 2000 a 2004, com o período imediatamente anterior, entre 1993 e 1999, verifica-se que o envolvimento das Forças Armadas em operações no exterior assumiu uma importância significativamente maior, quer na sua dimensão, quer na sua natureza: não só o número de efectivos empregues mais do que duplicou como também se passou a verificar presenças em teatros com elevado grau de exigência em termos de capacidades militares, o que não acontecia anteriormente.

5.3. Através deste esforço, o sector da Defesa tem proporcionado ao País um importante vector de afirmação externa do Estado português que, mau grado as dificuldades orçamentais atrás referidas, é unanimemente reconhecido como muito positivo e, em geral, prestigiante, quer para o País quer para as Forças Armadas.

5.4. Tendo em conta a forma como está a evoluir o ambiente de segurança mundial, não é de esperar que diminua a pressão das solicitações para continuação deste esforço; o mais provável é precisamente o contrário, ou seja, um incremento dos pedidos de colaboração, no âmbito das organizações internacionais de que o País faz parte e onde se espera que se observe solidariedade na prossecução do propósito comum. Assim sendo, as intervenções no exterior tenderão a tornar-se numa actividade principal das Forças Armadas.

5.5. Estas circunstâncias sugerem a necessidade de clarificar tão objectivamente quanto possível o nível de ambição que o País deseja assegurar nesta área, passo indispensável para a subsequente organização dos seus recursos em termos de capacidade de resposta. Pretende-se que esta, além de pronta e útil, seja de antemão pensada em função dos interesses específicos nacionais e procure tirar o maior partido do investimento feito, preocupações que poderão necessitar de maior atenção.

5.6. Dois aspectos concretos devem merecer atenção prioritária:

- A necessidade de uma nova ponderação entre a preferência por uma presença diversificada pelos principais teatros – como acontece actualmente - e a alternativa da concentração de esforços em função da área ou actividade que tenha uma maior relação com os mais imediatos interesses estratégicos nacionais;
- A conveniência de melhorar a organização do Estado para dar resposta às solicitações e situações com que vai continuar a ser confrontado.

Vai persistir, senão acentuar-se, a tendência de as intervenções no exterior não se restringirem ao exclusivo emprego das Forças Armadas, principalmente no caso de operações de estabilização pós

conflito que requererão um leque alargado de outras valências para complementar os meios essencialmente militares. Esta situação recomenda a criação de um mecanismo de coordenação interministerial entre os departamentos de tutela com maior probabilidade de terem meios envolvidos: pelo menos, Defesa, Negócios Estrangeiros e Administração Interna.

Ainda neste campo de melhoria da organização do Estado, seria conveniente que Portugal desenvolvesse um quadro de respostas pré planeadas para os tipos de situações mais previsíveis e, em função disso, organizasse a formação e prontidão dos respectivos meios. Desta forma evitar-se-iam os sobressaltos sempre indesejáveis de aprontamento inopinado de forças ou meios, ganhar-se-ia em rapidez de resposta e sobretudo reduzir-se-ia a perturbação causada pelo imprevisto. Ressalvada a necessidade de manter um mínimo de flexibilidade para atender a outras situações, deveria ser dentro desse quadro de capacidades de respostas pré planeadas - a actualizar periodicamente – que o processo de decisão para dizer sim ou não a pedidos de colaboração, ou eventualmente tomar a iniciativa de fazer uma oferta, deveria passar a ser conduzido.

## **6. O que se pretende em termos operacionais/ O que se deve garantir?**

6.1. O crescente envolvimento de Portugal em operações no exterior mostra que o desafio da criação de uma capacidade expedicionária tem estado a ser enfrentado de forma positiva, não obstante, até ao momento, o progresso alcançado se fica a dever exclusivamente à melhoria da organização das forças e à adaptação do seu equipamento e armamento em função da necessidade de elevada mobilidade.

6.2. O assunto, porém, está longe de estar esgotado. Se de facto se pretende dar – aliás, como se deve – à disponibilidade de uma capacidade expedicionária autónoma a importância central que tende a ocupar no sistema de forças então é indispensável investir na concretização dos planos existentes de desenvolvimento de um elemento de transporte, aéreo e marítimo, coerente com o nível de ambição aprovado. Referimo-nos, por exemplo, ao navio polivalente de apoio logístico que está pensado também em termos de garantir sustentação ao elemento de intervenção em terra, assistência médico-sanitária e meios de comando e controlo. Igualmente importante é a necessidade paralela de dar atenção às lacunas importantes que existem no equipamento e armamento do elemento de intervenção em terra que, a não serem resolvidas proximamente, poderão acabar por impedir manter padrões mínimos de interoperacionalidade e restringir as opções de possíveis intervenções a situações de importância marginal.

6.3. Não obstante o facto de a maioria dos casos concretos de intervenção militar em que Portugal tem estado envolvido não terem requerido capacidades conjuntas, há importantes sinergias que podem ser obtidas da organização dos meios sob esta última perspectiva. O País não pode deixar de considerar esta possibilidade, em especial se quiser ter alguma capacidade de intervenção autónoma, portanto independente dos apoios externos que geralmente dispõe ao participar em formações multinacionais. Este objectivo requer uma nova forma de encarar o reequipamento dos ramos que terá que passar a ser coordenado desde o início.

6.4. Portugal, como aliás a generalidade dos países europeus, não enfrenta ameaças que exijam uma postura militar de defesa territorial. Porém, tem necessidade – que é também obrigação perante os nossos aliados e parceiros – de manter um conhecimento actualizado e um controlo persistente do espaço estratégico de interesse directo, entendido este como o espaço entre as três parcelas territoriais com as respectivas aproximações.[7] Esta responsabilidade de natureza essencialmente militar é perfeitamente harmonizável com a da protecção de direitos próprios em matéria de aproveitamento de recursos na área em questão, fiscalização dos espaços sob jurisdição nacional e cumprimento de obrigações resultantes de acordos internacionais que o País subscreveu, por exemplo, na área da Busca e Salvamento. Portugal deve continuar a tirar partido deste modelo de inclusão das Forças Armadas em tarefas não essencialmente militares, prevendo através de apropriada regulamentação, como aliás tem sido recomendado, a sua extensão a outras áreas, sob condições.[8] Neste âmbito, como define o actual Conceito Estratégico de Defesa Nacional – 2003, devem ser consideradas as capacidades das Forças Armadas, para, “em colaboração com as forças de segurança, na ordem interna, prevenir e fazer face às ameaças terroristas” para “nos termos da lei, participar na prevenção e combate a certas formas de crime organizado transnacional” e para “... realizar outras missões de interesse público, nomeadamente ... apoio à protecção civil”.

Este modelo tem como principal vantagem uma relação eficácia/custo mais atractiva do que alternativa de criação de estruturas paralelas mas é indissociável de um esforço coerente de reequipamento específico das Forças Armadas para este tipo de tarefas. Não encarando frontalmente e com oportunidade essas necessidades de reequipamento, evitando os atrasos

sucessivos que se têm verificado, então o modelo não poderá funcionar e corre-se o risco, como já acontece presentemente, que se leve à conta de deficiências intrínsecas da solução, problemas que têm exclusivamente a ver com falta de meios e daí levando alguns a advogar – quanto a nós erradamente – o seu abandono.

## **7. Revisão do modelo de planeamento:**

O modelo existente, que se inicia com a definição do CEDN e termina com a definição do dispositivo, pode estar teoricamente correcto mas nunca funcionou devidamente. Tem sofrido de uma excessiva compartimentação nos diferentes níveis de planeamento, quando seria requerida uma permanente interacção.

Será conveniente, em qualquer caso, um modelo mais simplificado, mais bem integrado e mais coordenado a nível central. Não existe dimensão que justifique o actual modelo com tantos níveis de planeamento. O assunto tem que ser tratado como um todo e de uma forma concorrente e dinâmica nas suas diferentes perspectivas.

É urgente questionar a necessidade de manter órgãos de planeamento estratégico nos três escalões de chefia e comando superior (MDN; CEMGFA e CEMs dos Ramos), estudando a alternativa de junção das suas atribuições e competências num único órgão. Mais do que tentar ganhar algumas economias de pessoal, aqui o que está em causa é melhorar a capacidade de resposta existente.

Também se torna necessário, a nosso ver, avaliar o Planeamento Estratégico na óptica da Economia de Defesa visando por um lado comparar, racionalizar e minimizar os custos das diferentes opções, garantindo eficácia ao sistema de Segurança e Defesa, mas por outro procurar que os recursos utilizados possam ter o maior retorno para o desenvolvimento económico e social - indústria, serviços, sistema científico e tecnológico, apoio ao desenvolvimento nacional, formação, vigilância da zona marítima, protecção civil.

[1] Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues, Tenente-General António Eduardo Mateus da Silva, Eng. Carlos Manuel Teixeira Pimenta Araújo, Dr. José Emílio Amaral Gomes, Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa, Major-General Mário Lemos Pires, General Narciso Mendes Dias.

[2] Período condicionado pela disponibilidade de dados estatísticos. O último Anuário Estatístico da Defesa Nacional respeita ao ano de 2004.

[3] “Contributos para uma Política de Segurança e Defesa Nacional” de Junho de 2002, “Contributo para a definição de um Sistema de Forças Nacional” de Fevereiro de 2004; “Sistema de Forças Nacional. Proposta de metodologia para a sua definição” de Julho de 2005.

[4] Ver “Contributo para a definição de um Sistema de Forças Nacional” de Fevereiro de 2004 (A estrutura do orçamento e o número de efectivos).

[5] Fonte: Tribunal de Contas, Análise da despesa com a Defesa.

[6] Ver “Sistema de Forças Nacional. Proposta de metodologia para a sua definição”.

[7] A terminologia usada em anteriores trabalhos, nomeadamente os “Contributos para uma Política de Defesa Nacional” prevê que para além do “Espaço de Soberania existe também o Espaço de Circulação que engloba as linhas de comunicação marítimas e aéreas entre as parcelas do território nacional que, conjuntamente com este, constitui o elemento permanente do EEIN, onde terá sempre prioridade o esforço de empenhamento nacional”.

[8] Ver “Contributos para uma Política de Defesa Nacional” (Instituto Humanismo e Desenvolvimento): “No espaço terrestre nacional deve também ser melhorado o conceito de emprego das Forças Armadas, devendo ser-lhes dada capacidade efectiva de participar activamente na segurança interna em reforço e complemento das Forças de Segurança, quando a natureza da ameaça ultrapassar as possibilidades destas, quer em termos da dimensão de efectivos requeridos, quer em termos de exigência de meios que só estão disponíveis nas Forças Armadas e que não se justifica duplicar”.

## **151 TEXTOS RELACIONADOS:**

**2012/06/21**

**FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.**

*Jorge Sêro Prazeres*

**2012/06/14**

**FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO**

*Jorge Sêro M. Prazeres[1]*

**2012/04/20**

**REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”**

*Pedro Santos Jorge[1]*

**2012/03/28**

**A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS**

*João Pires Neves[1]*

**2012/02/08**

**A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL**

*Nuno Silva Domingos[1]*

**2012/01/26**

**THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY**

*Tiago Fernandes Mauricio[1]*

**2011/12/17**

**O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO**

*Pedro Santos Jorge[1]*

**2011/11/10**

**OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR**

*José M. Castanho Paes[1]*

**2011/11/04**

**A GRANDE OPORTUNIDADE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/10/20**

**BILHETE DE IDENTIDADE MILITAR[1]**

*Fernanda Maria Costa[2]*

**2011/06/28**

**A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/06/06**

**RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/05/09**

**ESTUDOS SOBRE O FUTURO DO FENÓMENO DA GUERRA**

*João Nunes Vicente[1]*

**2011/02/21**

**MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]**

*Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]*

**2011/01/14**

**JOSÉ MOURINHO, UM PORTUGUÊS DE QUINHENTOS**

*João Brandão Ferreira*

**2010/12/27**

**A POLÍCIA QUE NÃO PODE PRENDER[1]**

*Paulo Pereira de Almeida[2]*

**2010/11/16**

**A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA**

*Luís Brás Bernardino[1]*

**2010/09/15**

**SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS \***

*Texto do CDS*

**2010/07/12**

**FORÇAS ARMADAS: INÚTEIS OU INDISPENSÁVEIS?[1]**

*Paulo Pereira de Almeida[2]*

**2010/07/11**

**O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]**

*Luís Brás Bernardino[2]*

**2010/07/10**

**UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]**

*Paulo Pereira de Almeida[2]*

**2010/06/16**

**AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/05/15**

**FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/04/28**

**ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/03/14**

**A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]**

*João Pires Neves[2]*

**2010/01/24**

**A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL, AS CAUSAS PROVÁVEIS – AS SOLUÇÕES POSSÍVEIS[1]**

*Eduardo Serra Brandão[2]*

**2009/12/13**

**QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?**

*Luís Brás Bernardino[1]*

**2009/12/06**

**QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2009/09/28**

**SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]**

*Jorge Silva Carvalho[2]*

**2009/09/16**

**AS FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO**

*João Brandão Ferreira*

**2009/07/07**

**O TGV E A DEFESA NACIONAL**

*João Brandão Ferreira*

**2009/05/22**

**PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]**

*Inês de Carvalho Narciso[2]*

**2009/04/27**

**COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2009/01/20**

**A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/11/18**

**CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR**

*João Brandão Ferreira*

**2008/10/31**

**FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/07/02**

**OS LIVROS BRANCOS DA DEFESA. PARA QUE SERVEM?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/06/26**

**SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]**

*Francisco Proença Garcia[2]*

**2008/06/20**

**UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/06/12**

**DIPLOMACIA ECONÔMICA: O QUE É? [1]**

*Daniela Siqueira Gomes[2]*

**2008/04/18**

**BEMPOSTA ON THE ROAD - UM CONCEITO DIPLOMÁTICO**

*Bruno Caldeira*

**2008/04/14**

**A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS**

*Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)*

**2008/03/28**

**HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE III**

*José Vale Faria[1]*

**2008/03/27**

**HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE II**

*José Vale Faria[1]*

**2008/03/26**

**HISTÓRIA CONCISA DO TERRORISMO – PARTE I**

*José Vale Faria[1]*

**2008/03/10**

**UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR**

*João Brandão Ferreira*

**2008/02/16**

**O QUE HÁ DE NOVO NA “INTELLIGENCE?”[1]**

*Francisco Proença Garcia[2]*

**2008/02/13**

**AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/02/11**

**REFORMA NECESSÁRIA?**

*João Ferreira Barbosa*

**2008/01/28**

**DUALIDADES GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS PORTUGUESAS**

*João Brandão Ferreira*

**2007/12/22**

**ACORDEM PORTUGUESES!**



*João Brandão Ferreira*

**2007/12/10**

**SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]**

*Jorge Silva Carvalho*

**2007/11/15**

**A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES**

*José Castanho Paes*

**2007/10/04**

**A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]**

*Francisco M. Rodrigues[2]*

**2007/10/03**

**A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]**

*José Silva Cordeiro[2]*

**2007/08/13**

**A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO: RUMO À ERRADICAÇÃO DA POBREZA?**

*Daniela Siqueira Gomes*

**2007/08/03**

**O CÓDIGO DO SILÊNCIO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/07/31**

**IDENTIDADE E INDIVIDUALIDADE NACIONAL PORTUGUESA**

*João Brandão Ferreira*

**2007/07/18**

**O MARXISMO**

*Pedro Conceição Carvalho*

**2007/07/04**

**FASCISMO E NAZISMO**

*Pedro Conceição Carvalho*

**2007/06/20**

**O SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA INTERNA (SISI) E A SUA ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA (SIRP)[1]**

*Jorge Silva Carvalho[2]*

**2007/06/18**

**DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*João Pires Neves[1]*

**2007/06/11**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/06/04**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/29**

**DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?**

*João Brandão Ferreira*

**2007/05/29**

**OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES NO MUNDO ACTUAL[1]**

*Jorge Silva Carvalho[2]*

**2007/05/28**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/22**

**LIMITES À PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO**

*Jorge Silva Carvalho*

**2007/05/20**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/19**

**A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA REPÚBLICA PORTUGUESA – CONTINUAÇÃO DA REFORMA[2]**

*Jorge Silva Carvalho[1]*

**2007/05/14**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/10**

**INTELIGÊNCIA E DEFESA NA TRÍPLICE FRONTEIRA: IMPACTOS DO ÚLTIMO RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA PARA O BRASIL**

*Fábio Pereira Ribeiro[1]*

**2007/05/07**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/06**

**A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/05/02**

**SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E A DEFESA DA NAÇÃO[2]**

*Fábio Pereira Ribeiro[1]*

**2007/04/30**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/27**

**POLÍTICA DE DEFESA E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: PRIORIDADES PARA UM PAÍS COMO O BRASIL [1]**

*Fábio Pereira Ribeiro[2]*

**2007/04/25**

**AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA**

*Alípio Tomé Pinto[1]*

**2007/04/20**

**POLÍTICA DE DEFESA: INTERESSES NACIONAIS EM JOGO**

*Fábio Pereira Ribeiro[1]*

**2007/04/20**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/16**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/14**

**CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS**

*José Castanho Paes*

**2007/04/09**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/05**

**A ALMA DAS INSTITUIÇÕES**

*Alípio Tomé Pinto[1]*

**2007/04/02**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/26**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)**

*Autor: João Pires Neves[1]*

**2007/03/19**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/12**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/06**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/27**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/16**

**AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/13**

**A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]**

*João Vicente[2]*

**2007/02/12**

**AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/10**

**O CERCO APERTA-SE**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

**2007/02/09**

**ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR: UMA QUESTÃO FULCRAL**

*José Castanho Paes*

**2007/02/05**

**AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”**

*João Pires Neves[1]*

**2007/01/29**

**DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS**

*João Pires Neves[1]*

**2007/01/09**

**O NAUFRÁGIO [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/12/03**

**ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO**

*José Castanho Paes [1]*

**2006/11/30**

**O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL**

*João Brandão Ferreira*

**2006/10/26**

**O DIREITO À GUERRA JUSTA[2]**

*João Vicente[1]*

**2006/10/26**

**A GEOPOLÍTICA DE RATZEL, LA BLACHE E KJELLEN E O ECLODIR DA I GRANDE GUERRA**

*Hugo Palma[1]*

**2006/10/22**

**TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS**

*Miguel Moreira Freire*

**2006/10/01**

**O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO. EQUÍVOCOS A DESFAZER.**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/09/21**

**BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE**

*Casimiro Pacheco Talhinhos*

**2006/09/14**

**QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR**

*João Brandão Ferreira*

**2006/07/07**

**O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?**

*João Brandão Ferreira*

**2006/06/27**

**ORGULHOSAMENTE SÓS**

*António Borges de Carvalho*

**2006/06/08**

**FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO**

*Américo Silva Santos*

**2006/06/07**

**A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA**

*António Borges de Carvalho*

**2006/06/06**

**A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO**

*João Ferreira Barbosa*

**2006/06/01**

**REEQUIPAMENTO ADIADO**

*João Ferreira Barbosa*

**2006/05/06**

**CICLO DE CONFERÊNCIAS «PORTUGAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS» - INFORMAÇÃO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/05/06**

**O PRACE E A DEFESA NACIONAL**

*João Ferreira Barbosa*

**2006/03/28**

**PARA UMA LEITURA ESTRATÉGICA DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES LUSO-MAGREBINAS**

*João Brandão Ferreira*

**2006/03/27**

**O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS**

*António Borges de Carvalho*

**2006/03/21**

**O PRIMEIRO TIRO**

*Romeu Bentes Marcelo*

**2006/03/19**

**A GUERRA DOS CARTOONS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/03/04**

**O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

**2006/03/03**

**O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

**2006/02/25**

**DIREITOS HUMANOS: VIOLAÇÃO E GUERRA CIVIL**

*Marcelo Rech[1]*

**2006/02/19**

**AFINAL, HUNTINGTON TINHA RAZÃO? SE NÃO FOR O PARADIGMA DAS CIVILIZAÇÕES, ENTÃO QUAL É?**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

**2006/02/07**

**A PAZ**

*João Brandão Ferreira*

**2006/02/05**

**GEOPOLÍTICA PÓS-MODERNA: REPENSAR A GEOPOLÍTICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

**2006/01/22**

**EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?**

*João Nuno Barbosa*

**2006/01/22**

**CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES**

*João Nuno Barbosa*

**2006/01/09**

**FILOSOFAR É PRECISO**

*João Brandão Ferreira*

**2005/11/24**

**PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL**

*João Ferreira Barbosa*

**2005/11/08**

**PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS**

*João Brandão Ferreira*

**2005/07/25**

**PROPOSTA DE NOVA METODOLOGIA PARA A DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE FORÇAS**

*Vários*

**2005/04/23**

**ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/04/22**

**CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/03/22**

**SEREIAS NA DEFESA**

*Américo Silva Santos*

**2005/03/21**

**POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

**2005/03/06**

**INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/02/23**

**UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/01/02**

**REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]**

*Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)*

**2004/06/29**

**ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/05/17**

**POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA**

*Rui Arrifano*

**2004/04/23**

**OS INVESTIMENTOS NA DEFESA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/11/18**

**O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

*António Borges de Carvalho*

**2003/09/30**

**SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR**

*Freitas Ribeiro Pacheco*

**2003/09/29**

**TELEVISÃO PÚBLICA**

*Dr. António Borges de Carvalho*

**2003/06/13**

**UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2003/05/06**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAIS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2002/10/02**

**DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2002/09/16**

**A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2002/08/21**

**DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2001/06/20**

**O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2001/05/02**

**A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2000/05/03**

**POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs**

*Francisco Proença Garcia*